



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 167/2024**  
**PROCESSO SES 31939/2024**

Site: [www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/](http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/)  
[www.portaldecompras.sc.gov.br/](http://www.portaldecompras.sc.gov.br/)  
Email: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)  
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas cadastrem suas propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta Cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**OBJETO:** Solicitação de aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

**ENTREGA DE PROPOSTAS E REGISTRO DE LANCES: até as 13 horas do dia 27/02/2024.**

**1 – PARTICIPAÇÃO:**

**1.1. Cadastro simplificado:**

**1.1.1.** A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

**1.1.2.** A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <[https://youtu.be/MtILX39\\_ryg](https://youtu.be/MtILX39_ryg)>

**2 – PROPOSTA ELETRÔNICA**

**2.1.** A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

**2.1.1.** A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

**2.1.2.** As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**2.1.3.** Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

**2.1.4. Proposta readequada:**

**2.1.4.1.** Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

**2.2. Critérios de Aceitabilidade da Proposta:**

**2.2.1. A PROPOSTA** não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa;**

**2.2.2. A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;**

**2.3.** A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

**2.3.1.** Descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física – CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

**2.3.2.** Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021): Não será necessário amostra.

**2.3.3.** Da garantia dos itens: Quando for o caso, o prazo de garantia dos itens do presente contrato, é de 90 (noventa) dias ininterruptos a partir da data de finalização da execução do serviço.

### **3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO**

**3.1. Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:** Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 14.133/2021.

**3.2. Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

**3.3. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

**3.4. Da subcontratação:** Não será admitida.

**3.5. Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



## 4 – HABILITAÇÃO

### 4.1. Habilitação Jurídica

**4.1.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**4.1.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**4.1.3.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**4.1.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**4.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**4.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**4.1.7.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**4.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**4.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**4.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**4.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**4.2.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.6.** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**4.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**4.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**4.3. Qualificação Econômico-financeira (art. 18º, inc. IX, da Lei 14.133/2021)**

**4.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**4.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**4.4. Qualificação técnica (art. 18, inc. IX, da Lei 14.133/2021):**

**4.4.1. Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

**4.4.2. Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA)

**4.4.3.** Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor

## **5 – DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. Obrigações da contratada**

**5.1.1.** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

**5.1.2.** Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

- 5.1.3.** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 5.1.4.** Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 5.1.5.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- 5.1.6.** Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- 5.1.7.** Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto do contrato ou Ata de Registro de Preços;
- 5.1.8.** Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 5.1.9.** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- 5.1.10.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 5.1.11.** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 5.1.12.** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 5.1.13.** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 5.1.14.** Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).

## **5.2. Obrigações específicas da contratante**

- 5.2.1.** Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- 5.2.2.** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





- 5.2.3.** Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 5.2.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 5.2.5.** Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.6.** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 5.2.7.** Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 5.2.8.** Demais condições constantes do edital de licitação.

## **6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

### **6.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:**

- 6.1.1.** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- 6.1.2.** Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- 6.1.3.** Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- 6.1.4.** Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- 6.1.5.** Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- 6.1.6.** Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- 6.1.7.** Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- 6.1.8.** O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes.
- 6.1.9.** Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- 6.1.10** Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- 6.1.11.** Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser com-

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

provado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

**6.1.12** Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

**6.1.13.** Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

**6.1.14.** Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

**6.1.15.** Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

**6.1.16.** Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

**6.1.17.** Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;

**6.1.18.** Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

**6.1.19.** Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

**6.1.20.** A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone.

**6.1.21. Gestor:**

UNIDADE	GESTOR	MATRÍCULA	TELEFONE	E-MAIL
GEBER	Alexandre de Souza	360.382-2-01	(48) 3665-5525	souzaa@saude.sc.gov.br

**6.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:**

**6.2.1.** Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

**6.2.2.** Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

**6.2.3.** Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

**6.2.4.** Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

**6.2.5.** Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

**6.2.6.** Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

- 6.2.7.** Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- 6.2.8.** Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- 6.2.9.** Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- 6.2.10.** Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- 6.2.11.** Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- 6.2.12.** Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- 6.2.13.** Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- 6.2.14.** Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- 6.2.15.** Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- 6.2.16.** Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- 6.2.17.** Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- 6.2.18.** Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- 6.2.19.** Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- 6.2.20.** Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- 6.2.21.** Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**6.2.22.** Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

**6.2.23.** Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

**6.2.24.** A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone.

**6.2.25. Fiscal:**

UNIDADE	GESTOR	MATRÍCULA	TELEFONE	E-MAIL
GEBER	Rodrigo Figueiredo de Souza	377.977-7-01	(48) 3665-5513	gerabdasme@saude.sc.gov.br

## 7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**7.1** – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

**7.1.1** – Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

**7.1.2** – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

**7.2** – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

**7.3** – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

**7.4 – Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I**

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

I.1 – As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 – Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 – Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

## 8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.30.36	1.500.100.000

## 9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023)

9.1. O documento em elaboração pela SES. Utiliza-se o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

## 10 – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

## 11 – DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**11.1.** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

**11.2.** A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

**11.3.** A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

**11.4.** A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

**11.5.** Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

**11.6.** A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



**11.7.** Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

**11.8.** A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

**11.9.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**11.10.** A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios

Investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

## **12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

**12.1.** Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

**12.1.1.** A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

- I – relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II – endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;
- III – foto da fachada da sede da empresa; e
- IV – extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

## **13 – PENALIDADES E SANÇÕES**

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**13.1.** As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

**13.2.** A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

**13.3.** A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

**13.3.1.** O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

**13.3.2.** Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

**13.3.3.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

**13.3.4.** A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

**13.3.5.** A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

**13.4.** A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com prazos a seguir:

- I. por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- II. por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- IV. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- V. por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- VI. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

VII. por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII. até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

**13.4.1.** A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

**13.4.2.** A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

**13.5.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

**13.6.** A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

**13.7.** A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

**13.8.** As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**a)** suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

**b)** declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

**13.9.** As sanções previstas no edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

**a)** tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

**b)** tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

**13.10.** Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

**13.11.** É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

**13.12.** As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**13.13.** Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

**13.14.** As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

**13.15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.15.1.** A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 137 e acarretar as consequências previstas no artigo 139, pelos motivos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

**13.15.2.** O Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência da Administração, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

**13.15.3.** O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

**13.15.4.** Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

**13.15.5.** Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

**13.15.6.** Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

**13.15.7.** A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 137, da Lei 14.133/21, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

**14 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1. A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;**

**14.2.** A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

**14.3.** Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

**14.4.** Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

**14.5.** O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

## **15 – DO FORO**

**15.1.** Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Florianópolis – SC, 20 de fevereiro de 2024.

**Núcleo de Compra Direta**  
Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**ANEXO I**  
**SERVIÇOS EM SAÚDE – ORDEM DE FORNECIMENTO**  
**DETALHAMENTO DO OBJETO**

**Solicitante: GEBER - GERÊNCIA DE BENS REGULARES**

**Cotação Eletrônica nº: 167/2024 Protocolo: SES 31939/2024**

**RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 157/2024 (TOTAL)**

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	6606	029882003	<b>Cânula neonatal CPAP</b> (pressão positiva em vias aéreas), tipo prong, de silicone, macia, flexível e anatômica, para peso até 701 a 1000 gramas, acompanhada de: gorro em malha tubular, sem costura, com hastes de fixação acolchoadas, em algodão/poliéster, hipoalergênico, ajustável, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano. Descartável, linha radiopaca, embalagem unitária, contendo externamente dados de identificação, procedência, validade e número do lote, registro no MS.	peça	132
2	6606	029882004	<b>Cânula neonatal CPAP</b> (pressão positiva em vias aéreas), tipo prong, de silicone, macia, flexível e anatômica, para peso até 1001 a 1300 gramas, acompanhada de: gorro em malha tubular, sem costura, com hastes de fixação acolchoadas, em algodão/poliéster, hipoalergênico, ajustável, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano. Descartável, linha radiopaca, embalagem unitária, contendo externamente dados de identificação, procedência, validade e número do lote, registro no MS.	peça	338
3	6606	029882005	<b>Cânula neonatal CPAP</b> (pressão positiva em vias aéreas), tipo prong, de silicone, macia, flexível e anatômica, para peso até 1301 a 2000 gramas, acompanhada de: gorro em malha tubular, sem	peça	307

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



			costura, com hastes de fixação acolchoadas, em algodão/poliéster, hipoalergênico, ajustável, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano. Descartável, linha radiopaca, embalagem unitária, contendo externamente dados de identificação, procedência, validade e número do lote, registro no MS		
4	6606	029882006	<b>Cânula infantil-nasal CPAP</b> (pressão positiva em vias aéreas), tipo pronga, de silicone, macia, flexível e anatômica, para peso de 2100-3000 gramas, acompanhada de: gorro em malha tubular, sem costura, com hastes de fixação acolchoadas, em algodão/poliéster, hipoalergênico, ajustável, traqueia corrugada com memória e dois blocos de espuma em poliuretano. Descartável, linha radiopaca, embalagem unitária, contendo externamente dados de identificação, procedência, validade e número do lote, registro na ANVISA.	peça	163

## 1 – PRAZO E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1.1. A forma de seleção se dará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO;

1.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

1.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

## 2 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “g” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021)

2.1. Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

2.2. Prazo de recebimento provisório: no ato;

2.3. Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;

2.4. Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;

2.5. Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento definitivo do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130

Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911

E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)





### **3 – EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 3.1.** O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;
- 3.2.** As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;
- 3.3.** A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 – Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;
- 3.4.** Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;
- 3.5.** Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;
- 3.6.** Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;
- 3.7.** O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
- 3.8.** O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- 3.9.** O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais
- 3.10.** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 3.11.** O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;
- 3.12.** O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);
- 3.13.** O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;
- 3.14.** Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;
- 3.15.** A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;
- 3.16.** O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;
- 3.17.** Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

**3.18.** Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

**3.19.** A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

**3.20.** O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

**3.21.** A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC – 88.015-130  
Telefones: (48) 3664-8739 / 3664-8911  
E-mail: [compradireta@saude.sc.gov.br](mailto:compradireta@saude.sc.gov.br)



ANEXO II  
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 31939/2024

**REQUISITANTE**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

**1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

Solicitação de aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

- As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

**1.1. Especificações e quantidades**

1.1.1. Conforme ANEXO I (Requisição nº 731/2024) e ANEXO III.a (Relação de Compras Total nº 157/2024);

**1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)**

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

**1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)**

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)**

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica por:

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermagem e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Os quantitativos previstos foram planejados pelo responsável almoxarife de cada unidade com a supervisão de suas respectivas Diretorias, e com o auxílio da Diretoria de Planejamento e Gestão em Compras (DPGC). A análise ocorre baseada em um relatório contendo o consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários e totais. O planejamento 2024 para cada unidade pode ser encontrado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023.

A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

Com relação a situação de cada item, apresenta-se abaixo a justificativa detalhada:

**Item 29882003, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;**


Justifica-se a aquisição através do e-mail GEBER em anexo.

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM<sup>2</sup>:

09/02/2024, 15:37

E-mail de Secretaria de Estado da Saúde - Canula CPAP - Situação Crítica



DPGC - NAEF <naenf@saude.sc.gov.br>

Canula CPAP - Situação Crítica

1 mensagem

ALEXANDRE DE SOUZA <souzaa@saude.sc.gov.br>

9 de fevereiro de 2024 às 10:06


Para: DPGC - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS <dpgc@saude.sc.gov.br>, NAEF <naenf@saude.sc.gov.br>, DUC - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO <atas@saude.sc.gov.br>, GEDHP - GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS HOSPITAIS PÚBLICOS <gedhp@saude.sc.gov.br>

Bom dia!

Novamente informamos a situação crítica dos itens Canula CPAP, temos apenas um código com ata. Sugiro urgência pois está trazendo ruptura no atendimento aos pacientes neonatais e pediátricos:

Código	Descrição	Saldo Estoque	Planejado Unidades (mês)	CMH (mês)	Relação AF/OF Pendente	Situação AF/OF Pendente
29882003	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 701 - 1000 GRAMAS	0	22,0	12,0	OF 12/2024 - BO - PSES 228851/23 - DUC (empresa não mantive a proposta)	SES 129804/2023 - ED 1540/2023(PF) - AGUARDANDO SES 263895/2024 - RC 1980/2023 - Pendente: 12
29882004	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1500 GRAMAS	0	56,3	44,7		SES 23174/2024 - RC 108/2024 - Pendente: 12 SES 26048/2024 - RC 123/2024 - Pendente: 3
29882005	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1501 - 2000 GRAMAS	0	51,1	15,7	OF 12/2024 - BO - PSES 228851/23 - DUC (empresa não mantive a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108/2024 - Pendente: 12
29882006	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS	0	27,2	27,3		SES 169485/2023 - ED 1570/2023(PF) - AGUARDANDO SES 26048/2024 - RC 123/2024 - Pendente: 3
29882010	CANULA NEONATAL CPAP, PESO ATE 700 GRAMAS	14	9,3	5,7	AF 2763/2024 - 30 - Aguardando trâmites SES	OK

Alexandre de Souza  
Secretaria de Estado da Saúde/FES  
Diretoria de Logística  
Gerente - Gerência de Bens Regulares  
Contato: (48) 3665-5525



<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=01e382da33&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1790426740072373952&siml=msg-f:1790426740072373952>

1/1

Itens	Descrição	Planejame nto 2024 GEBER	Maior Quantit ativo	Maior Consumidor	221 HGMT R	226 HIG	246 HRHM G	266 MCD	271 MDCK	276 MDV
29882003	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 701 - 1000 GRAMAS	22,00	8	271 MDCK	2	2	6	1	8	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:42:10	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.	
29882003	UN	PECA		
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 701 - 1000 GRAMAS				

	SALDO ESTOQUE	2,0000	PONTO CRÍTICO	20,5001	
	SALDO TRÂNSITO	0,0000	MÉDIA MENSAL	13,6667	

PERÍODO		CONSUMO
2024/01		5,0000
2023/12		20,0000
2023/11		11,0000
2023/10		14,0000
2023/09		11,0000
2023/08		20,0000
2023/07		12,0000
2023/06		17,0000
2023/05		20,0000
2023/04		14,0000
2023/03		5,0000
2023/02		15,0000

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:42:10	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.	
29882003	UN	PECA		
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 701 - 1000 GRAMAS				

	SALDO ESTOQUE	2,0000	PONTO CRÍTICO	20,5001	
	SALDO TRÂNSITO	0,0000	MÉDIA MENSAL	13,6667	

PERÍODO		2024/01				
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL	CONSUMO
226	HJG	1,0000	0,0000	1,3636	0,9091	1,0000
246	HRHMG	0,0000	0,0000	3,3750	2,2500	1,0000
266	MCD	1,0000	0,0000	1,5000	1,0000	2,0000
276	MDV	0,0000	0,0000	5,1250	3,4167	1,0000





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 102 (0min 10s 198ms)

Requisição: 731/2024	Relação de compra: 157/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 31939/2024	Edital nº:		ATIVO RC	
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 46,39	Total: 6.123,48		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 7573/2023	Relação de compra: 1980/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 262830/2023	Edital nº:		ATIVO RC	
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 46,39	Total: 15.587,04		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 6654/2023	Relação de compra: 1752/2023	Contrato:	Ata:	OF nº: 12/2024 sccd	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor: ALDREY PAUCIO DA SILVA ME		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: PEÇA	PSUS nº: SES 228861/2023	Edital nº: 1556/2023 (DL)		ATIVO OF	
Pedido: 80	Veze: 1	Valor item: 87,99	Total: 7.039,20		
Qt. autorizada: 80	Qt. Total: 80	Qt. AF/OF: 80	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 80	
Requisição: 4034/2023	Relação de compra: 1135/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 468
Item nº: 10	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 129603/2023	Edital nº: 1540/2023 (PE)		ATIVO EDT	
Pedido: 39	Veze: 12	Valor item: 50,95	Total: 23.844,60		
Qt. autorizada: 39	Qt. Total: 468	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 1039/2023	Relação de compra: 342/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 468
Item nº: 12	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 30300/2023	Edital nº: 587/2023 (PE)		FRUSTRADO EDT	
Pedido: 39	Veze: 12	Valor item: 53	Total: 24.804		
Qt. autorizada: 39	Qt. Total: 468	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 1039/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 12	Código CIASC: 029882003	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 587/2023 (PE) (frustrado)		LIBERADO REQ	
Pedido: 39	Veze: 12	Valor item: 46,39	Total: 21.710,52		
Qt. autorizada: 39	Qt. Total: 468	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Cânula infantil-nasal CPAP, peso 701 - 1000 gramas.

Nº item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante ☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas

**Item 29882004, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;**

Justifica-se a aquisição através do e-mail GEBER em anexo.

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

09/02/2024, 15:37 E-mail de Secretaria de Estado da Saúde - Canula CPAP - Situação Crítica

**SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DA SAÚDE

DPGC - NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>

**Canula CPAP - Situação Crítica**  
1 mensagem

ALEXANDRE DE SOUZA <souzaa@saude.sc.gov.br>  
Para: DPGC - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS <dpgc@saude.sc.gov.br>, NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>, DLIC - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO <atas@saude.sc.gov.br>, GEDHP - GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS HOSPITAIS PUBLICOS <gedhp@saude.sc.gov.br>  
9 de fevereiro de 2024 às 10:05

Bom dia!

Novamente informamos a situação crítica dos itens Canula CPAP, temos apenas um código com ata. Sugiro urgência pois está trazendo ruptura no atendimento aos pacientes neonatais e pediátricos:

Código	Descrição	Saldo Estoque	Planejado Inicial (mls)	CMM (mls)	Relação AI/OI Pendente	Situação AI/OI Pendente
29882003	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 700 - 1000 GRAMAS	0	22,0	12,0	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DLIC (empres não manteve a proposta)	SES 129629/2023 - ED 1540/2023(PF) - AGUARDANDO SES 263883/2023 - RC 198202(23) - Parcelas: 12
29882004	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1300 GRAMAS	0	56,3	44,7	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DLIC (empres não manteve a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12 SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882005	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1301 - 2000 GRAMAS	0	51,1	15,7	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DLIC (empres não manteve a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12
29882006	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS	0	27,2	27,3		SES 169485/2023 - ED 1570/2023(PF) - AGUARDANDO SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882010	CANULA NEONATAL CPAP, PESO ATÉ 700 GRAMAS	14	9,3	5,7	AI 2763(2024) - 30 - Aguardando trâmites SES	OK

Alexandre de Souza  
Secretaria de Estado da Saúde/FES  
Diretoria de Logística  
Gerente - Gerência de Bens Regulares  
Contato: (48) 3665-5525

**SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DA SAÚDE

https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=01e382da33&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1790426740072373962&siml=msg-f:1790426740072373962 1/1

Itens	Descrição	Planejame nto 2024 GEBER	Maior Quantit ativo	Maior Consumidor	221 HGMT R	226 HJG	246 HRHM G	256 HDWC	266 MCD	271 MDCK	276 MDV
29882004	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1300 GRAMAS	56,25	21	221 HGMT R	21	3	6	0,25	8,67	6	11,33

**SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:52:57**

ITEM UN. MED. FORMA APRES. FORMA APRES.  
29882004 UN PECA  
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1300 GRAMAS

SALDO ESTOQUE	2,0000	PONTO CRÍTICO	61,2500
SALDO TRÂNSITO	5,0000	MÉDIA MENSAL	40,8333

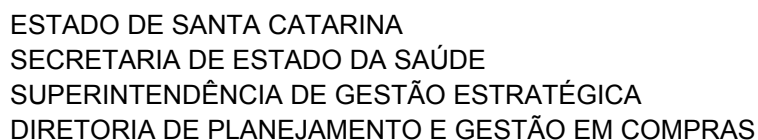
PERÍODO	CONSUMO
2024/01	38,0000
2023/12	71,0000
2023/11	25,0000
2023/10	51,0000
2023/09	28,0000
2023/08	44,0000
2023/07	46,0000
2023/06	41,0000
2023/05	32,0000
2023/04	51,0000
2023/03	28,0000
2023/02	35,0000

**SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:52:57**

ITEM UN. MED. FORMA APRES. FORMA APRES.  
29882004 UN PECA  
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1300 GRAMAS

SALDO ESTOQUE	2,0000	PONTO CRÍTICO	61,2500
SALDO TRÂNSITO	5,0000	MÉDIA MENSAL	40,8333

ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL	CONSUMO
221	HGMT R	0,0000	0,0000	19,1250	12,7500	6,0000
226	HJG	2,0000	0,0000	2,3182	1,5455	2,0000
246	HRHM G	0,0000	0,0000	5,3750	3,5833	6,0000
256	HDWC	0,0000	5,0000	0,0000	0,0000	0,0000
266	MCD	0,0000	0,0000	10,3750	6,9167	11,0000
271	MDCK	0,0000	0,0000	7,1250	4,7500	9,0000
276	MDV	0,0000	0,0000	17,1250	11,4167	4,0000



O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM<sup>2</sup>:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

09/02/2024, 15:37

E-mail de Secretaria de Estado da Saúde - Canula CPAP - Situação Crítica



DPGC - NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>

Canula CPAP - Situação Crítica  
1 mensagem

ALEXANDRE DE SOUZA <souzaa@saude.sc.gov.br>  
Para: DPGC - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS <dpgc@saude.sc.gov.br>, NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>, DUC - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO <atas@saude.sc.gov.br>, GEDHP - GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS HOSPITAIS PUBLICOS <gedhp@saude.sc.gov.br>  
9 de fevereiro de 2024 às 10:05

Bom dia!

Novamente informamos a situação crítica dos itens Canula CPAP, temos apenas um código com ata. Sugiro urgência pois está trazendo ruptura no atendimento aos pacientes neonatais e pediátricos:

Código	Descrição	Saldo Estoque	Planejado Inicial (mls)	CMM (mls)	Relação AI/OF Pendente	Situação AI/OF Pendente
29882003	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 700 - 1000 GRAMAS	0	22,0	12,0	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DUC (empres não mantive a proposta)	SES 129029/2023 - ED 1540/2023(PF) - AGUARDANDO SES 263883/2023 - RC 198202(23) - Parcelas: 12
29882004	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1000 - 1300 GRAMAS	0	56,3	44,7		SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12 SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882005	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1300 - 2000 GRAMAS	0	51,1	15,7	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DUC (empres não mantive a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12
29882006	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS	0	27,2	27,3		SES 169485/2023 - ED 1570/2023(PF) - AGUARDANDO SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882010	CANULA NEONATAL CPAP, PESO ATÉ 700 GRAMAS	14	9,3	5,7	AI 2763(2024) - 30 - Aguardando trâmites SES	OK

Alexandre de Souza  
Secretaria de Estado da Saúde/FES  
Diretoria de Logística  
Gerente - Gerência de Bens Regulares  
Contato: (48) 3665-5525



<https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=01e382da33&view=pt&search=all&permthid=thread-f:1790426740072373962&siml=msg-f:1790426740072373962>

1/1

Itens	Descrição	Planejame nto 2024 GEBER	Maior Quantit ativo	Maior Consumidor	221 HGMT R	226 HJG	246 HRHMG	266 MCD	271 MDCK	276 MDV
29882005	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1300 - 2000 GRAMAS	51,08	14	221 HGMT R	14	7	6	11,25	6	6,83

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:55:43

ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.
29882005	UN	PEÇA	
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1300 - 2000 GRAMAS			
SALDO ESTOQUE		3,0000	PONTO CRÍTICO 57,3750
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL 38,2500
		PERÍODO	CONSUMO
		2024/01	3,0000
		2023/12	9,0000
		2023/11	35,0000
		2023/10	53,0000
		2023/09	50,0000
		2023/08	51,0000
		2023/07	52,0000
		2023/06	37,0000
		2023/05	60,0000
		2023/04	43,0000
		2023/03	35,0000
		2023/02	31,0000

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:55:43

ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.
29882005	UN	PEÇA	
CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1300 - 2000 GRAMAS			
SALDO ESTOQUE		3,0000	PONTO CRÍTICO 57,3750
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL 38,2500
		PERÍODO	2024/01
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO
226	HJG	3,0000	0,0000 6,6250 4,4167 1,0000
266	MCD	0,0000	0,0000 11,0000 7,3333 2,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada					
Registros encontrados: 94 (0min 5s 186ms)					
Requisição: 731/2024		Relação de compra: 157/2024		Contrato:	Ata:
Requisitante: GEBER		Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: peca	PSUS nº: SES 31939/2024	Edital nº:		ATIVO RC	
Pedido: 307	Vezes: 1	Valor item: 93,95	Total: 28.842,65		
Qt. autorizada: 307	Qt. Total: 307	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 524/2024		Relação de compra: 108/2024		Contrato:	Ata:
Requisitante: GEBER		Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 9	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: peca	PSUS nº: SES 23174/2024	Edital nº:		ATIVO RC	
Pedido: 64	Vezes: 12	Valor item: 46,39	Total: 35.627,52		
Qt. autorizada: 64	Qt. Total: 768	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 6654/2023		Relação de compra: 1752/2023		Contrato:	Ata:
Requisitante: GEBER		Fornecedor: ALDREY PAUCIO DA SILVA ME		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: PECA	PSUS nº: SES 228861/2023	Edital nº: 1556/2023 (DL)		ATIVO OF	
Pedido: 260	Vezes: 1	Valor item: 87,99	Total: 22.877,40		
Qt. autorizada: 260	Qt. Total: 260	Qt. AF/OF: 260	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 260	
Requisição: 2923/2023		Relação de compra: 910/2023		Contrato:	Ata:
Requisitante: GEBER		Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: peca	PSUS nº: SES 103785/2023	Edital nº: 1294/2023 (PE)		FRUSTRADO EDT	
Pedido: 60	Vezes: 12	Valor item: 48,54	Total: 34.948,80		
Qt. autorizada: 60	Qt. Total: 720	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 2923/2023		Relação de compra:		Contrato:	Ata:
Requisitante: GEBER		Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: peca	PSUS nº:	Edital nº: 1294/2023 (PE) (frustrado)		LIBERADO REQ	
Pedido: 60	Vezes: 12	Valor item: 46,39	Total: 33.400,80		
Qt. autorizada: 60	Qt. Total: 720	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 2937/2022		Relação de compra: 1055/2022		Contrato:	Ata: 1851/2022
Requisitante: GEBER		Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOS		Ajuste: 0	Aditivo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 029882005	Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.			
Unidade: PECA	PSUS nº: SES 75298/2022	Edital nº: 1287/2022 (PE)		ATIVO AF_ATA	
Pedido: 35	Vezes: 12	Valor item: 46,39	Total: 19.483,80		
Qt. autorizada: 35	Qt. Total: 420	Qt. AF/OF: 100	Qt. Entregue AF/OF: 100	Saldo AF/OF: 0	
Procurar por					
Material/Serviço		Cânula infantil-nasal CPAP, peso 1301 - 2000 gramas.		Nº item	
Unidade Solicitante		Situação		Referência	
Unidade Municipal		todas		Ano De	
TODAS				Ano Até	
Executar pesquisa					
Ordenar por					
Número do item					
Código do Material					
Descrição do Material					
Gerar arquivo					
Fechar					

**Item 29882006, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;**

Justifica-se a aquisição através do e-mail GEBER em anexo.

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

09/02/2024, 15:37 E-mail de Secretaria de Estado da Saúde - Canula CPAP - Situação Crítica

**SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DA SAÚDE

DPGC - NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>

**Canula CPAP - Situação Crítica**  
1 mensagem

ALEXANDRE DE SOUZA <souzaa@saude.sc.gov.br> 9 de fevereiro de 2024 às 10:05  
Para: DPGC - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS <dpgc@saude.sc.gov.br>, NAENF <naenf@saude.sc.gov.br>, DLIC - ATAS DE REGISTRO DE PREÇO <atas@saude.sc.gov.br>, GEDHP - GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DOS HOSPITAIS PUBLICOS <gedhp@saude.sc.gov.br>

Bom dia!

Novamente informamos a situação crítica dos itens Canula CPAP, temos apenas um código com ata. Sugiro urgência pois está trazendo ruptura no atendimento aos pacientes neonatais e pediátricos:

Código	Descrição	Saldo Estoque	Planejado Inicial (mls)	CMM (mls)	Relação AI/OF Pendente	Situação AI/OF Pendente
29882003	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 700 - 1000 GRAMAS	0	22,0	12,0	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DUC (empres não manteve a proposta)	SES 129029/2023 - ED 1540/2023(PF) - AGUARDANDO SES 243883/2023 - RC 19802023 - Parcelas: 12
29882004	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1001 - 1300 GRAMAS	0	56,3	44,7	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DUC (empres não manteve a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12 SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882005	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 1301 - 2000 GRAMAS	0	51,1	15,7	OF 12(2024) - 80 - PSES 228851/23 - DUC (empres não manteve a proposta)	SES 23174/2024 - RC 108(2024) - Parcelas: 12
29882006	CANULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS	0	27,2	27,3		SES 169485/2023 - ED 1570/2023(PF) - AGUARDANDO SES 28048/2024 - RC 122(2024) - Parcelas: 1
29882010	CANULA NEONATAL CPAP, PESO ATÉ 700 GRAMAS	14	9,3	5,7	AI 2763(2024) - 30 - Aguardando trâmites SES	OK

Alexandre de Souza  
Secretaria de Estado da Saúde/SES  
Diretoria de Logística  
Gerente - Gerência de Bens Regulares  
Contato: (48) 3665-5525

**SANTA CATARINA**  
SECRETARIA DA SAÚDE

https://mail.google.com/mail/u/1/?ik=01e382da33&view=pt&search=ai&permthid=thread-f:1790426740072373962&simli=msg-f:1790426740072373962 1/1

Itens	Descrição	Planejame nto 2024 GEBER	Maior Quantit ativo	Maior Consumidor	226 HJG	246 HRHM G	266 MCD	271 MDCK	276 MDV
29882006	CÂNULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS	27,16	10,33	266 MCD	6	6	10,33	4	0,83

**SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:58:22**

ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.
29882006	UN	PECA	
CÂNULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS			
	<b>SALDO ESTOQUE</b>	10,0000	<b>PONTO CRÍTICO</b> 38,3750
	<b>SALDO TRÂNSITO</b>	0,0000	<b>MÉDIA MENSAL</b> 25,5833
		<b>PERÍODO</b>	<b>CONSUMO</b>
		2024/01	37,0000
		2023/12	28,0000
		2023/11	17,0000
		2023/10	21,0000
		2023/09	33,0000
		2023/08	25,0000
		2023/07	32,0000
		2023/06	32,0000
		2023/05	27,0000
		2023/04	21,0000
		2023/03	17,0000
		2023/02	17,0000

**SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO EXTRAÇÃO EM: 09/02/2024 ÀS 15:58:22**

ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.
29882006	UN	PECA	
CÂNULA INFANTIL-NASAL CPAP, PESO 2100 - 3000 GRAMAS			
	<b>SALDO ESTOQUE</b>	10,0000	<b>PONTO CRÍTICO</b> 38,3750
	<b>SALDO TRÂNSITO</b>	0,0000	<b>MÉDIA MENSAL</b> 25,5833
		<b>PERÍODO</b>	<b>2024/01</b>
<b>ESTAB</b>	<b>SIGLA</b>	<b>SALDO ESTOQ</b>	<b>SALDO TRANS PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO</b>
226	HJG	8,0000	0,0000 5,0455 3,3636 1,0000
246	HRHMG	0,0000	0,0000 8,5000 5,6667 10,0000
266	MCD	2,0000	0,0000 15,6250 10,4167 13,0000
271	MDCK	0,0000	0,0000 5,7500 3,8333 9,0000
276	MDV	0,0000	0,0000 3,4091 2,2727 4,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 91 (0min 5s 309ms)

Requisição: 731/2024

Requisitante: GEBER

Item nº: 4

Unidade: peça

Pedido: 163

Relação de compra: 157/2024

Fornecedor:

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 31939/2024

Veze: 1

Contrato:

Ata:

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº:

Valor item: 95,15

Ajuste: 0

Total: 15.509,45

OF nº:

Aditivo: 0

AF nº:

Saldo: 0

ATIVO RC

Qt. autorizada: 163

Qt. Total: 163

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entregue AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 603/2024

Requisitante: GEBER

Item nº: 7

Unidade: peça

Pedido: 160

Relação de compra: 122/2024

Fornecedor:

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 26048/2024

Veze: 1

Contrato:

Ata:

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº:

Valor item: 51

Ajuste: 0

Total: 8.160

OF nº:

Aditivo: 0

AF nº:

Saldo: 0

ATIVO RC

Qt. autorizada: 160

Qt. Total: 160

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entregue AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 4814/2023

Requisitante: GEBER

Item nº: 4

Unidade: peça

Pedido: 28

Relação de compra: 1304/2023

Fornecedor:

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 169485/2023

Veze: 12

Contrato:

Ata:

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº: 1570/2023 (PE)

Valor item: 53,72

Ajuste: 0

Total: 18.049,92

OF nº:

Aditivo: 0

AF nº:

Saldo: 336

ATIVO EDT

Qt. autorizada: 28

Qt. Total: 336

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entregue AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 3116/2022

Requisitante: GEBER

Item nº: 15

Unidade: PECA

Pedido: 22

Relação de compra: 1119/2022

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOS

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 80605/2022

Veze: 12

Contrato:

Ata: 2495/2022

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº: 1438/2022 (PE)

Valor item: 51

Ajuste: 0

Total: 16.830

OF nº:

Aditivo: 66

AF nº: 1529/2023 sgm

Saldo: 0

ATIVO AF\_ATA

Qt. autorizada: 22

Qt. Total: 330

Qt. AF/OF: 40

Qt. Entregue AF/OF: 40

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 3116/2022

Requisitante: GEBER

Item nº: 15

Unidade: PECA

Pedido: 22

Relação de compra: 1119/2022

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOS

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 80605/2022

Veze: 12

Contrato:

Ata: 2495/2022

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº: 1438/2022 (PE)

Valor item: 51

Ajuste: 0

Total: 16.830

OF nº:

Aditivo: 66

AF nº: 3976/2023 sgm

Saldo: 0

ATIVO AF\_ATA

Qt. autorizada: 22

Qt. Total: 330

Qt. AF/OF: 40

Qt. Entregue AF/OF: 40

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 3116/2022

Requisitante: GEBER

Item nº: 15

Unidade: PECA

Pedido: 22

Relação de compra: 1119/2022

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOS

Código CIASC: 029882006

PSUS nº: SES 80605/2022

Veze: 12

Contrato:

Ata: 2495/2022

Material resumido: Cânula infantil-nasal CPAP, peso 2100 - 3000 gramas

Edital nº: 1438/2022 (PE)

Valor item: 51

Ajuste: 0

Total: 16.830

OF nº:

Aditivo: 66

AF nº: 8780/2023 sgm

Saldo: 0

ATIVO AF\_ATA

Qt. autorizada: 22

Qt. Total: 330

Qt. AF/OF: 50

Qt. Entregue AF/OF: 50

Saldo AF/OF: 0

Procurar por

Material/Serviço

Nº item

Executar pesquisa

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

Gerar arquivo

Fechar



**5.2. Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

**5.3. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

**5.4. Subcontratação:** Não será admitida.

**5.5. Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

## 6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

6.1.1. Preço unitário do item;

6.1.2. Marca/fabricante;

6.1.3. Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;

6.1.4. Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

6.1.5. País de origem do produto;

6.1.6. Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;

6.1.7. Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;

6.1.8. Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;

6.1.9. Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

6.1.10. Se aplicável, a referência do produto.

6.2. Na apreciação das propostas a equipe técnica poderá consultar Banco de Marcas da SES para aprovação/reprovação com base nos dados constantes na ferramenta; além disto poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto.

6.3. As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de desclassificação;

6.4. A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 18:30h;

6.5. As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO IV).

## 7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 7.1. Habilitação Jurídica



7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):



7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

#### 7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

7.4.2. **Autorização de Funcionamento** (AFE) vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

7.4.3. Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de DIPENSA DE LICITAÇÃO;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

### 9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

9.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.3. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;

9.4. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

9.5. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

9.6. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

9.7. O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

9.8. O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.9. O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;





- 9.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 9.11. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;
- 9.12. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);
- 9.13. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;
- 9.14. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;
- 9.15. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;
- 9.16. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;
- 9.17. Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;
- 9.18. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;
- 9.19. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 9.20. O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 9.21. A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

## **10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)**

### **10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:**

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;





- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

#### 10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;



- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

## 11. DA OBRIGAÇÕES

### 11.1. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;



- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: [https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/)).

#### 11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

## 12. DO CONTRATO

12.1. **Instrumento Contratual:** Ordem de Fornecedor.

12.2. **Vigência do contrato:** entrega imediata (10 dias).

12.3. **Gestão e Fiscalização:**

**Gestor:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 souzaa@saude.sc.gov.br



**Fiscal:**

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 gerabdasme@saude.sc.gov.br

**13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

**13.1 Prazos:**

- 13.1.1 Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
- 13.1.2 Prazo de recebimento provisório: no ato;
- 13.1.3 Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;
- 13.1.4 Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;
- 13.1.5 Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento definitivo do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

**14. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)**

Os valores foram estimados conforme a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO II) e Relação de Compras Orçamento nº 157/2023 (ANEXO III.b).

14.1. Os preços estimados determinados com base em menos de 3 preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)**

15.1. As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

**16. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)**

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO V).

**17. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO**

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.



**18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Vanessa Soares	623.843-2-01	(48) 3664.7854/ naenf@saude.sc.gov.br

**19. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE**

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Crystian Gonçalves Martins	369.495-0-01	(48) 3664.8788/ dpge@saude.sc.gov.br

**20. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE**

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Anderson Luiz Kretzer	960.982-2-01	(48) 3664.7266 / sge@saude.sc.gov.br

Data da assinatura digital

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.



Código para verificação: **J84S9M9U**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS** (CPF: 888.XXX.369-XX) em 19/02/2024 às 13:52:22  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.  
(Assinatura do sistema)

✓ **VANESSA SOARES** (CPF: 003.XXX.019-XX) em 19/02/2024 às 13:59:29  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/12/2023 - 13:30:30 e válido até 06/12/2123 - 13:30:30.  
(Assinatura do sistema)

✓ **ANDERSON L. KRETZER** (CPF: 017.XXX.789-XX) em 19/02/2024 às 14:18:09  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:17:14 e válido até 13/07/2118 - 13:17:14.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VtXzcwNTIfMDAwMzE5MzlfMzI3NjlfMjAyNF9KODRTOU05VQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00031939/2024** e o código **J84S9M9U** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.





## Assinaturas do documento



Código para verificação: **DJ5D25D2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**FELIPE SUCUPIRA SOARES** (CPF: 003.XXX.729-XX) em 20/02/2024 às 08:06:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:53:20 e válido até 13/07/2118 - 13:53:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzE5MzlfMzI3NjlfMjAyNF9ESjVEMjVEMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00031939/2024** e o código **DJ5D25D2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.